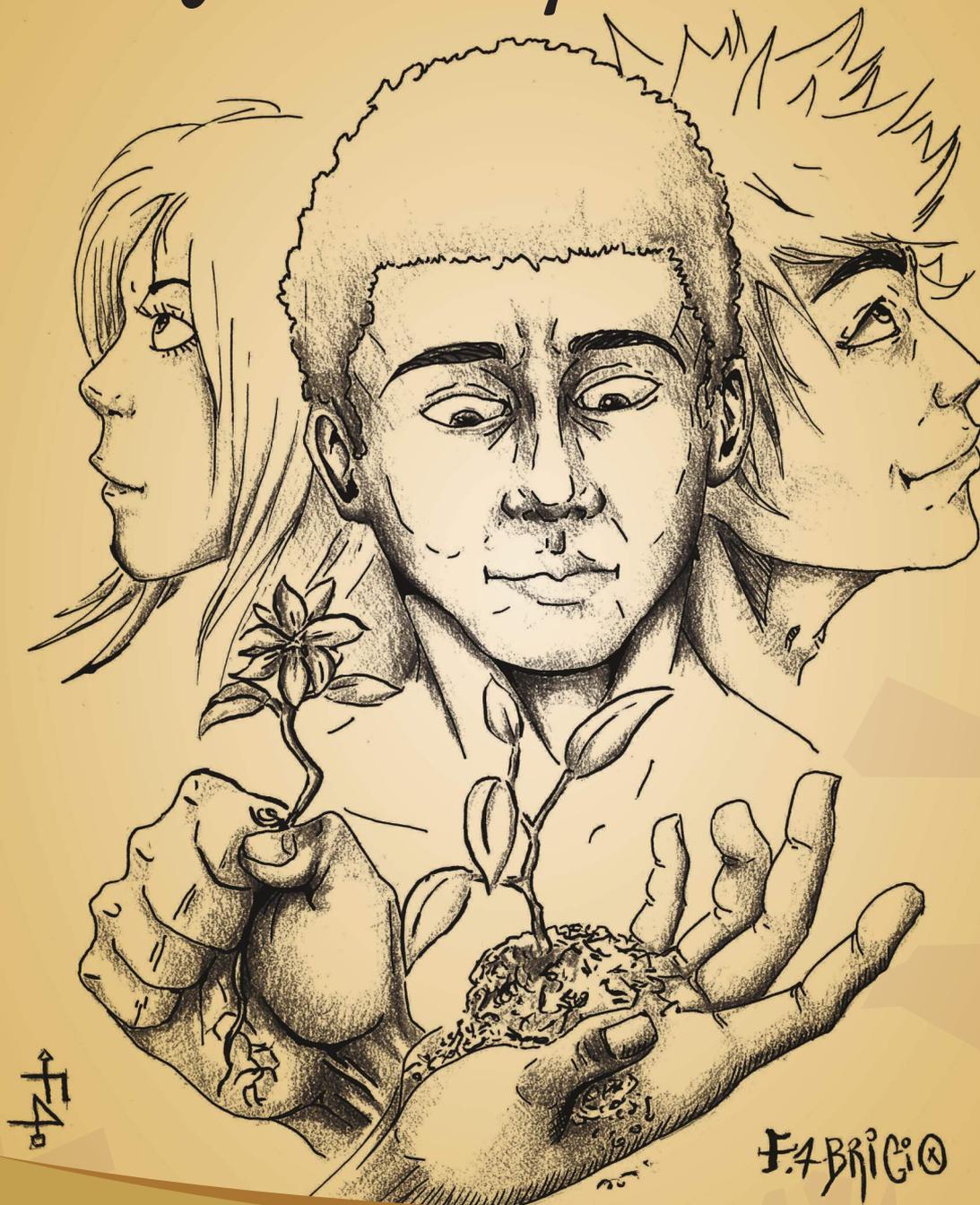


CADERNO PEDAGÓGICO VI

# *Juventude Camponesa e Políticas públicas*



ORGANIZAÇÃO

Laudemir Luiz Zart  
Marcia Aparecida de Barros da Cruz  
Cristiane Gonçalves Ribeiro



Caderno Pedagógico VI

# **JUVENTUDE CAMPONESA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Volume 06, Número 02 – 2017

Série Sociedade Solidária

Editor: Maria do Socorro de Sousa Araújo  
Organização: Laudemir Luiz Zart  
Marcia Aparecida de Barros da Cruz  
Cristiane Gonçalves Ribeiro  
Revisão: Rosane Salete Freitag  
Diagramação: Douglas Milton da Silva Oliveira  
Capa: Desenho Fabrício Almeida de Moraes.

**Copyright@2013/Unemat Editora  
Impresso no Brasil**

Copyright@2017/Unemat Editora  
Impresso no Brasil

**Conselho Editorial:** Maria do Socorro de Sousa Araújo (Presidente)  
Ariel Lopes Torres  
Luiz Carlos Chieregatto  
Mayra Aparecida Cortes  
Neuza Benedita da Silva Zattar  
Sandra Mara Alves Silva Neves  
Severino de Paiva Sobrinho  
Tales Nereu Bogoni  
Roberto Vasconcelos Pinheiro  
José Ricardo Menacho Tramarin de Oliveira Carvalho  
Roberto Tikao Tsukamoto Júnior  
Gustavo Laet Rodrigues

### **CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

Caderno Pedagógico: juventude camponesa e políticas públicas /  
Universidade do Estado de Mato Grosso - Vol. 6, nº 2  
(2017) - . - Cáceres: Unemat Editora, 2017.

V. 6, nº 2; 34 p.  
ISSN 2236-2509

1. Educação. 2. Socioeconomia. 3. Zart, L. L. (org). 4. Cruz, M.  
A. de B. da (Org). 5. Ribeiro, C. G. (Org)., I. UNEMAT. II. Título  
III. Título: juventude camponesa e políticas públicas.

CDU 37.018.51

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037

**UNEMAT**  
*Universidade do Estado de Mato Grosso*

  
**EDITORA**  
U N E M A T

**Unemat Editora**

Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavahada  
Fone/fax: (0xx65) 3221-0077  
Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil  
E-mail: editora@unemat.br

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou de qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 5610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	<b>06</b>
JUVENTUDE, FORMAÇÃO E PROTAGONISMO.....	<b>07</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE CAMPONESA.....	<b>10</b>
TRABALHO, EDUCAÇÃO DO CAMPO E JUVENTUDE.....	<b>13</b>
ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA SOLIDÁRIA DA JUVENTUDE CAMPONESA.....	<b>16</b>
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	<b>19</b>
A VIDA DA JUVENTUDE CAMPONESA.....	<b>22</b>
ECONOMIA SOLIDÁRIA E JUVENTUDE CAMPONESA.....	<b>24</b>
AGROECOLOGIA E JUVENTUDE CAMPONESA.....	<b>26</b>
EDUCAÇÃO DO CAMPO E JUVENTUDE CAMPONESA.....	<b>28</b>
PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE DO CAMPO.....	<b>30</b>

## APRESENTAÇÃO

O Caderno Pedagógico VI: Juventude Camponesa e Políticas Públicas, resulta do projeto de pesquisa-extensão *Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-Tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes – Mirassol do Oeste – MT* aprovado pelo Núcleo Unemat-Unitrabalho na Chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPQ n.º 19/2014 - Fortalecimento da Juventude Rural. Este projeto foi desenvolvido em parceria com a Escola Estadual Madre Cristina e a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA).

Os textos que compõe este caderno traduzem questões referentes à juventude. Os dois primeiros refletem sobre processos gerais de concepção do ser jovem e das políticas públicas construídas com a juventude. Da construção participativa vivenciada na política brasileira desde 2002 até o ano de 2015, com a realização de conferências nacionais, o povo brasileiro pode vivenciar a democracia da proposição e avaliação de ações e de metodologias de políticas públicas.

Do terceiro ao quinto artigo são apresentados e refletidos temas relacionados à juventude camponesa incorporando as temáticas do trabalho, da educação, da organização socioeconômica, da economia solidária, da agroecologia e da educação do campo. Estes textos foram elaborados a partir de referenciais teóricos e embasados nas práticas desenvolvidas na formação e na organização socioprodutiva com a juventude no Assentamento Roseli Nunes.

Do sexto ao décimo artigo temos testemunhos das práticas vivenciadas e refletidas pela juventude camponesa. As temáticas retratam a vida da juventude no campo, as aprendizagens e as práticas da juventude com a economia solidária, a agroecologia e a educação do campo. É a expressão do que a juventude consegue dizer de si mesma, do seu presente, bem como das perspectivas de construção de uma sociedade favorável ao bem viver no campo.

O Caderno Pedagógico VI: Juventude Camponesa e Políticas Públicas foi construído coletivamente. Enquanto equipe de organização e formação que coordenava as atividades do projeto, desafiamos os/as jovens a pensar, refletir e expressar a sua realidade, a pensá-la crítica e propositivamente. Realizamos com eles e elas oficinas de escrita de textos, colhemos coletivamente as temáticas, sistematizamos conceitos e elencamos realidades. Organizadas as temáticas a juventude constituiu equipes de escrita dos textos, que foram outra vez socializados para a aprovação grupal dos sentidos e das formas.

Esta construção interativa foi acompanhada de perto. Foi um exercício criativo de redação, correção e elaboração de ideias. Tornou-se um pensar coletivo que expressa o viver, a compreensão e o desejar de pessoas que aprendem e sonham juntos a possibilidade de viver no campo.

É a expressão da luta camponesa.

Equipe de Organização

# JUVENTUDE, FORMAÇÃO E PROTAGONISMO

Prof. Ms. José Ferreira da Costa

Em tempos sombrios em que vivemos, quase colocamos a juventude como uma fase negativa do ser do jovem. Já se atribuiu à juventude a rebeldia, o individualismo, o egoísmo, a fase de nada querer ou do querer tudo. Em síntese poderíamos chamar a fase das aventuras e das fragilidades. Mas, afinal de contas, quem não quer ser jovem?

Mas a via da cultura cibernética, de um mundo para além da pós-modernidade reservam aos jovens a marginalidade, a incerteza, a insignificância, o imediatismo e o consumismo. Está muito claro nas estatísticas de mortes e assassinatos nas mais variadas formas. Não vivem a sua juventude porque o mercado de trabalho é excludente e os espaços sociais não deixam viverem a sua juventude.

São estudantes, trabalhadores, jovens, administradores “do futuro” e reféns da falta de solidariedade e da compreensão do ser jovem negando-lhes os direitos à vida econômica, social e cultural como aquele que tem desejo, intenção e que tem na sua vida cotidiana a aprendizagem que ao longo da vida obteve e que lhes é relegada a exercer!

O que lhes sobra? O mundo marginal: as drogas, a prostituição, o isolamento, a falta de autoestima e por fim a depressão. No Brasil, poderemos verificar em lugares que chamamos de periféricos, a juventude é tida como a marginalidade ou o suspeito. Isto significa de que os jovens são excluídos dos desejos construídos e das intenções que lhes projetaram para ser na sociedade pessoas como as outras no presente.

Infelizmente, os jovens vivem em um mundo vulnerável onde a maioria dos direitos sociais, culturais e econômicos lhes são negados. Às vezes, os jovens são considerados pessoas sem o saber e o fazer elaborados. Neste sentido, a Educação é inadequada aos jovens, pois os mandatários dela não consideram o jovem um trabalhador e tampouco preparado ao trabalho e lhe estampam o significado de jovem aprendiz, trabalhador do futuro, cientista do futuro, etc. Pois é, fica claro que não se dá formação, mas se dá informação em uma educação conservadora, neoliberal em que domestica as ações das pessoas como se fossem durante a sua formação um “saco vazio”.

Para se trabalhar ou se ter uma profissão, precisa-se ter uma formação técnica e direcionada. A vivência e experiência cotidiana na família e na sociedade não é ação e nem trabalho. Fala-se com frequência que crianças e jovens não podem trabalhar. Mas afinal de contas o que é trabalho se não a ação cotidiana no fazer algo que gere saberes, cultura material e imaterial. O estudar, pensar a vida, escolher uma profissão, fazer um curso, não é trabalhar?

Se considerarmos o trabalho como punição, privacidade, venda do tempo, da força física, de fato os jovens não trabalham, e o trabalho nesta concepção não liberta, escraviza! Este é o olhar para o trabalho na perspectiva do domínio e da venda da força de trabalho ou da força bruta física da pessoa.

O que devemos fazer? Como deveremos repensar os conceitos de juventude, de trabalho, de ser jovem e de protagonismo? Segundo, Paulo Freire “[...] somente na medida em que os homens criam o seu mundo, que é mundo humano, e o criam com seu trabalho transformador, eles se realizam. A realização dos homens, está, pois, na realização deste mundo” (2000, p. 165).

Deste modo a juventude é a vida que se humaniza, que se faz o *ser humano* em quem se manifesta, contesta, propõe, vive-se numa relação dialógica com o outro e com o mundo. Nesta perspectiva, os jovens vivem o seu tempo como os adultos que viveram esta fase da vida resistiram, manifestaram e não aceitaram muitas ideias ou situações postas e impostas. Assim é a dinâmica da vida que é dialética, dialógica e atual.

A juventude precisa de protagonismo, não é o mesmo que mudança, enfrentamento, mas sim transformação, de caráter revolucionário, aquilo que revolve, reflete e recria no novo! De acordo com as ideias de Rezende, (s.d.), contidas na tese de livre docência defendida na Universidade Estadual de Campinas, sobre o trabalho, poderemos afirmar que as pessoas têm por

princípio o trabalho na sua ação de cultura, do fazer no sentido de existir, de sentir-se autor e identificar-se. Então o trabalhador e a trabalhadora são as pessoas que mantem as relações de produção, as produções da sua cultura, da sua história e da práxis. Quanto ao trabalho é a ação do sujeito que o dignifica como ser ao se identificar como um ser de transformação. Cada ser se modifica na sua ação que singularmente é a dimensão da coletividade. Há algo que lhe é próprio, modificou a si e conseqüentemente o outro, o mundo, as dimensões ecológicas e cósmicas nas significações de humanização.

A sociedade que perdeu a sua juventude, isto é, a sua memória de quem vive e se fez jovem, vive com medo de perder o controle e dizer que os jovens deverão esperar a sua vez. Com temor da reação a sociedade controla e busca coibir as manifestações dos jovens, mas não são expressões de seu tempo e do nosso tempo? A ocupação de escola, estar nas ruas, se rebelar contra as formas de educar e de formar é tão velho tanto quanto a história da humanidade.

Na Grécia, Sócrates já falava no direito da palavra, da tomada de decisão. Tanto foi que o acusaram de corruptor da juventude. Ser jovem é pensar a vida na sua dinâmica desde a sua infância, as suas lembranças ou memórias e manifestar a sua juventude que surge neste caminhar. Então ser jovem é pensar o mundo pelo desejo, pela práxis, pela vivência histórica e cultural porque sem o vivido revisitado o futuro será oco. Sem as contradições não há superação, a dialética, isto é, no novo, a práxis.

Há muitas questões em aberto sobre a juventude que às vezes a sociedade fecha os olhos. A juventude é um momento impar em que os jovens se percebem como singulares, importantes, diferentes dos outros e capazes, mas por isso muitos governantes, administradores, patrões, educadores e até pais, buscam controlar as suas vidas: atitudes, comportamentos, trabalho, profissão, interesses, sua capacidade e seu destino para produzir ao capitalismo selvagem. Nesta perspectiva, a juventude é uma fase perigosa, de indefinição e de inconsciência de ser na sociedade, por isso precisa-se que alguém conduza para a realização do que se espera dela.

Na juventude tudo poderá acontecer e por esta situação devemos cuidar dos jovens. Aí fica o nosso questionamento: será que temos o cuidado e damos aos jovens o que lhes são devidos: a autonomia, o protagonismo, a tomada de decisão a realização de vivências através das experiências, a convivência com os outros? Com certeza deixamos os jovens à margem e às fragilidades que os espaços sociais oferecem sem critérios. Na juventude, como em todas as etapas da vida, ocorrem coisas boas ou ruins, mas é nesta fase em que o jovem precisa ser apoiado e ser valorizado para se sentir importante e não ser marginalizado levando-o ao uso de drogas, a ser morto ou infectado por várias doenças que leva o jovem ao desespero e à descrença social e humanitária.

Há quem considere normais as ocorrências de atos díspares na juventude. Afirma-se que tudo é normal, tudo está em conformidade com a idade ou etapa ou período em que caracterizamos como juventude. Na vida, se pensarmos bem não há fases, mas acontecimentos e vivências refletidas no processo que transformamos em ação como momento vivido. A vida deve ser acontecimento contínuo na perspectiva do inacabamento na definição de Paulo Freire, a pessoa vive a boniteza da vida, pois enquanto há vida, há desejo e sonho e este sonhar é coletivo e cósmico.

Questões:

1. O que significa ser jovem no século XXI?
2. Como o jovem deve ser protagonista diante das forças de um capitalismo selvagem onde se declara a Quarta Revolução Industrial que decreta o fim do trabalho e implanta a prestação de serviço como precarização da relação de bens e de produção?
3. O que significa trabalho para a juventude onde o ter está desvinculado do SER? Qual seria a saída para esta questão emergente que movimenta o consumismo e o poder econômico que estão nas mãos de poucos?

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni e ESTANQUE, Elísio. (Org.) Trabalho, Juventude e Precariedade: Brasil e Portugal.

Bauru, São Paulo: Canal 6, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

REZENDE, Antônio Muniz de. Educação e Ser-no-mundo: um projeto de fenomenologia da Educação. Tese de Livre Docência. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, s.d. (Texto datilografado).

## **Box 1 – Dos Princípios da Política Pública da Juventude**

### **Dos Princípios**

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Conforme a [Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acessado em 08/12/2016

## **Box 2 – Das Diretrizes da Política Pública da Juventude**

### **Diretrizes Gerais**

Art. 3º Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes:

- I - desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações;
- II - incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação;
- III - ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios;
- IV - proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental;
- V - garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;
- VI - promover o território como espaço de integração;
- VII - fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude;
- VIII - estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude;
- IX - promover a integração internacional entre os jovens, preferencialmente no âmbito da América Latina e da África, e a cooperação internacional;
- X - garantir a integração das políticas de juventude com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública; e
- XI - zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto.

Conforme a [Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acessado em 08/12/2016.

# POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE CAMPONESA

Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart

Na escrita deste texto teremos como limite o período histórico no Brasil que iniciou com a eleição do governo de Lula em 2002 e terminou com a deposição [golpe] da presidenta Dilma Rousseff em 2016. A delimitação se dá por uma questão de compreensão do cenário de mudanças da concepção em relação ao significado de ser jovem e dos encaminhamentos relativos às políticas públicas.

Reconhecemos que a configuração da juventude no Brasil, além dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) da existência de 50,5 milhões de jovens entre os 15 e 29 anos, o desenho étnico-cultural e socioeconômico é diverso e desigual.

A diversidade étnico-cultural é a expressão da riqueza brasileira do encontro-desencontro das distintas culturas, linguagens e povos. Neste caldeirão que marca a existência do Brasil está a juventude nos seus modos diferentes de ser, de pensar e de agir. Estão os/as jovens indígenas, os de cultura negra, quilombola, camponesa, os ascendentes dos migrantes asiáticos, indoeuropeus, latino-americanos.

A configuração heterogênea é marcada pela desigualdade social. A juventude brasileira é transpassada pelas estruturas sociais de dominação política e de exploração econômica. A dominação é a expressão do não-ser, da não participação, da imposição. A exploração condiz com a classe social, ao ser trabalhador e trabalhadora, está impelido com os compromissos de dedicar-se ao trabalho assalariado para prover o autosustento e no auxílio da reprodução social da família.

São nos cenários de desigualdades e de diferenças que a juventude assume perspectivas de vida distintas. É bom destacar que a idade cronológica definida de ser jovem que inicia aos 15 anos e termina aos 29 anos, traduz percepções e responsabilidades diferentes. Neste sentido, no documento base da primeira conferência nacional da juventude há uma classificação que evidencia não somente cronologias, mas da construção e dos compromissos da juventude frente ao trabalho, aos estudos, quando se denominam de adolescentes jovens que estão entre os 15 e 17 anos, de jovens que possuem de 18 a 24 anos e de jovens adultos os que estão na faixa etária de 25 a 29 anos.

Essas classificações etárias e vinculadas às condições socioeconômicas traduzem da mesma forma, além do crescimento e desenvolvimento psicológico e social pessoal, o conjunto de problemas inerentes à sociedade moderna e capitalista que são o desemprego, as barreiras de acesso ao trabalho com mais intensidade para a juventude. A violência e os homicídios em escala crescentes provocando a barbárie da eliminação física e cultural. A qualidade da educação que não condiz com a esperança de uma vida feliz e intelectualmente desenvolvida. A cultura de massa que reduz as relações humanas em simples objetos de consumo. A corrupção e a negação da política que desagrega a sociedade, gerando o absenteísmo que aprofunda o individualismo e o isolamento social.

Em cenários de incertezas são geradas possibilidades de reflexão e de ação. Há a problematização política e do autoreconhecimento do que é ser jovem. Geramos no Brasil, a partir da presidência no período de Lula, caminhos políticos que se opõem às afirmações do não ser da juventude. A expressão mais marcante da negação é a indicação que os/as jovens são o futuro do país, este tido como uma simples abstração. Se são o futuro, não são no presente, portanto não há a necessidade de espaços de participação, suas vozes são caladas. Alguém decide e diz o que é bom, o que deve fazer e o que devem ser. Estas são as gerações adultas, e em termos políticos no Brasil, uma elite econômica e política esquizofrênica que estigmatiza e esteriotiza a existência humana.

Em processos inversos ao não ser, a juventude a partir de 2003 passa a ser uma questão de centralidade política. As necessidades e os desejos da juventude tornam-se problema de Estado. A juventude brasileira é chamada para assumir o protagonismo no debate e na definição do que é importante para a afirmação do ser no presente. Ser jovem é porque é no presente, que tem uma

história e um futuro a construir. Há uma concreticidade existencial, e esta precisa ser refletida. Juventude não é uma espera parada, mas uma esperança ativa, contestadora e propositiva. É a militância política, cultural, comunitária, religiosa, estudantil como força mobilizadora e agregadora de pessoas e de grupos coletivamente organizados para promover a superação das condições de não ser e a construção do ser desejado e possível.

Nestes termos, é que foram criados e implantados em 2005 através da lei 11.129 a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e vinculados à Secretaria Geral da Presidência da República (BRASIL, 2005). Esta organização estatal se tornou o ente responsável para a articulação de políticas e de programas públicos que estruturam ações e sustentam o desenvolvimento da juventude brasileira. Uma conquista significativa foi a institucionalização da Política Nacional da Juventude (PNJ) em 2005, que estabeleça diretrizes e parâmetros para a efetivação de metodologias de participação, de execução e de avaliação de políticas públicas.

Compreendemos que políticas públicas são proposições (princípios e diretrizes), e programas (estruturas de gestão e financiamento) construídos em processos participativos democráticos, abertos e amplos de inserção cidadã. Para a viabilidade e a efetividade da política para a promoção do desenvolvimento da coisa pública, o governo Lula propõe e realiza as conferências nacionais como espaços de participação, compreensão dos desafios e o estabelecimento de prioridades para a execução de políticas públicas.

Nestes termos, são organizadas as Conferências Nacionais da Juventude. A primeira conferência aconteceu de 27 a 30 de abril de 2008 com o tema: "Levante a sua Bandeira". É a primeira grande mobilização nacional da juventude para o debate e estabelecimento de proposições e de programas para a concretização de políticas públicas. É um exercício pedagógico e político da juventude no protagonismo da construção da política pública nacional problematizada, elaborada e sistematizada pelas jovens e pelos jovens na sua diversidade cultural, econômica e territorial. Para abranger o mosaico cultural brasileiro, sem simplismos políticos e sem discriminações, a metodologia de participação deve alicerçar caminhos que consideram a totalidade complexa do Brasil.

Para aprofundar e avaliar as questões da juventude e promover novos debates foi chamada a segunda conferência nacional da juventude realizada de 9 a 12 de dezembro de 2011 com o tema: "Conquistar direitos, desenvolver o Brasil". Destacamos o tema do jovem ser um sujeito de direitos: à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer. Destarte os posicionamentos esquizofrênicos e discriminatórios que se manifestam na sociedade brasileira, a afirmação do ser jovem como sujeito de direitos, que estão no campo da cultura, do lazer e esporte, da saúde, segurança. São afirmações da ciência e tecnologia para o desenvolvimento integral da sociedade com a conservação do meio ambiente e a afirmação da diversidade cultural.

De 5 a 8 de dezembro de 2015 foi realizada a terceira conferência nacional da juventude com o tema: "As Várias Formas de Mudar o Brasil". Foi um chamamento para o direcionamento da política para a promoção do bem viver social.

Outro instrumento público importante na consolidação dos direitos foi a aprovação do estatuto da juventude, lei n.º 12.852 de 5 de agosto, (BRASIL, 2013) que estabeleceu princípios importantes para orientar as ações com a juventude. Destacamos, conforme diz a própria lei, a promoção da autonomia e emancipação dos jovens; a valorização e promoção da participação social e política; a promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; a promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; o respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; a promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e a valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

É no cenário das lutas políticas gerais para a juventude que se afirmam os direitos da juventude camponesa. Estes associados às lutas sociais mais amplas como a concretização da reforma agrária, do direito à educação do campo, da afirmação das diversas culturas do campo, da economia camponesa, da agroecologia, do trabalho associado.

Como decorrência das políticas para a juventude do campo é que foi proposto a ação do edital número 19/2014 que articulou a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Programa Nacional da Educação da Reforma Agrária (PRONERA), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Neste projeto, a Universidade do Estado de Mato Grosso, via o Núcleo Unemat-Unitrabalho apresentou aprovou em parceria com a Escola Estadual Madre Cristina e a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) projeto que possibilitou a formação e a organização da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes no município de Mirassol do Oeste – Mato Grosso, em referenciais teóricos e práticas de economia solidária, de agroecologia e da educação do campo.

Podemos aferir que os trabalhos da universidade em projetos de extensão universitária, as possibilidades de formação e organização da juventude em geral e da camponesa em especial, são potencializadas e fertilizadas com as políticas públicas. Para promover o debate: as políticas públicas são resultantes da participação política, da inserção cidadã, mas os espaços da participação política dependem dos gestores do Estado, isto é, de quem elegemos para governar, enquanto democracia representativa. Por isso, a política é definidora do que somos e do que podemos ser ou não ser como seres humanos e como sociedade.

### Questões

1. O que são políticas públicas?
2. Qual a relevância da participação política da juventude para a conquista de políticas públicas?
3. Quais são as condições objetivas e subjetivas que definem a existência da juventude?

### Referências Bibliográficas

BRASIL, Palácio do Planalto, Lei 11.129. In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acessado: 04/02/2017.

BRASIL, Palácio do Planalto. Estatuto da Juventude Lei n.º 12.852 de 5 de agosto de 2013. In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm) acessado: 04/02/2017.

BRASIL, Secretaria Nacional da Juventude. Política Nacional da Juventude: diretrizes e perspectivas. In <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/juventude/politica-nacional>. Acessado em 04/02/2017

BRASIL, IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Brasília: IBGE, 2013.

#### Box 3 – Dos Direitos dos Jovens na Política Pública da Juventude

##### DOS DIREITOS DOS JOVENS

##### Seção I

##### Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil

Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Art. 5º A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.

Parágrafo único. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens.

Art. 6º São diretrizes da interlocução institucional juvenil:

I - a definição de órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude;

II - o incentivo à criação de conselhos de juventude em todos os entes da Federação.

Parágrafo único. Sem prejuízo das atribuições do órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude e dos conselhos de juventude com relação aos direitos previstos neste Estatuto, cabe ao órgão governamental de gestão e aos conselhos dos direitos da criança e do adolescente a interlocução institucional com adolescentes de idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos. Conforme a [Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acessado em 08/12/2016.

# TRABALHO, EDUCAÇÃO DO CAMPO E JUVENTUDE

Marcia Aparecida de Barros da Cruz  
Cristiane Gonçalves Ribeiro  
Jucilene de Oliveira Martins

A partir da década de 90 houve uma grande movimentação por uma educação diferenciada para as escolas do campo, por uma educação de qualidade, entendida como aquela que seja capaz de contribuir para a formação intelectual e prática de crianças, jovens e adultos, e também, para a transformação da realidade social das camadas populares. Pensar em uma educação diferenciada para o campo requer reflexões acerca do papel da comunidade, da escola, de educadores e educandos neste processo singular. Como enfatiza Paulo Freire:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 1996, p.15).

Cabe à escola, na configuração curricular, fazer a mediação entre o senso comum e o conhecimento científico, ou seja, proporcionar uma inter-relação entre o empírico e o científico, possibilitando que o aluno possa desenvolver um saber científico considerando suas experiências no mundo que o cerca.

Tais mudanças e discussões em prol do que se denominou de Educação do Campo vêm sendo construídas através das mobilizações/ações dos movimentos sociais, em que trabalhadores e trabalhadoras rurais intensificaram suas lutas por uma educação diferenciada que contemple as especificidades de uma escola do campo, seus limites e possibilidades de transformação. Diante deste contexto, faz-se necessário refletir sobre as concepções geradoras que englobam as concepções acerca da Educação do Campo. Como argumenta Machado “falar em educação do campo é defender uma nova concepção, um novo jeito de educar que supere o tecnicismo, o individualismo e a competitividade pregada pela escola capitalista” (2011, p. 32).

Para compreender melhor esse contexto, é preciso observar o contexto-histórico da educação, que vem sendo desenvolvida no meio rural/no campo em nosso país, pois ao longo dos anos criou-se uma visão peculiar da educação oferecida nas escolas rurais que se constituíram a partir dos estereótipos de um lugar atrasado, sem perspectiva, fortalecido na ideia de que para lidar com a enxada não necessita de uma educação/ensino escolar. E assim, propagou-se a concepção de que para as escolas do campo sempre foi oferecido uma educação com as características urbanocêntricas, sem haver nenhuma relação com o campo, e que contribui para o fortalecimento e a expansão do capitalismo. Conforme Peripolli,

[...] o que dizer do campo, a princípio, é que este, via de regra, tem sido visto como um lugar que se caracteriza pelo atraso, desprovido da modernidade, e os trabalhadores que lidam com a terra, com o gado e com a enxada, como os sujeitos que precisam ser “amansados”, “civilizados”, “urbanizados” (a modernidade é atribuída à cidade/ao urbano) (2010, p. 53).

Para contrapor a estes estereótipos se faz necessário primeiramente compreender que a educação, como processo de reconhecimento do sujeito como parte integrante da construção de sua história, nos remete a desenvolver a epistemologia freiriana, que implica na valorização da aprendizagem do sujeito, “como todo bom método pedagógico, não pretende ser método de ensino, mas sim de aprendizagem; com ele, o homem não cria sua possibilidade de ser livre, mas aprende a efetivá-la e exercê-la” (FREIRE, 2011, p. 24).

Fundamentados nestes referenciais, o homem passa a ser proponente na construção de um projeto de transformação social, que requer propor uma nova concepção de vida, um novo olhar

na forma de organização da sociedade, que propicie mudança de comportamento, que provoque uma diferenciação no modo da ação do homem sobre a natureza, o que lhes dá possibilidade de construir uma história diferente. Portanto, é preciso que haja uma tomada de consciência das ações que o homem provoca sobre seu meio de vida, a natureza, e assim, perceba a destruição que este vem operando sobre o planeta.

O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 04).

Amparados na proposição de Frigotto, Ciavatta e Ramos nos remete pensar acerca dos fundamentos do trabalho e a princípio na tomada de consciência dos sujeitos em relação ao espaço que ocupam, e a necessidade de valorizar o meio ambiente, o cuidado com o ambiente em que vivem e conseqüentemente o reconhecimento das multiculturas existentes em nosso país. Tais fatores nos levam a pensar sobre a forma de organização da sociedade pautada na valorização dos sujeitos sociais, colocando em destaque o olhar diferenciado para um repensar sobre o mundo do trabalho e um olhar acerca do modo de reprodução da vida, e o trabalho como produtor de valores que condiciona o homem à concretude da sua essência.

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. ).

Esta visão desenvolvida por Frigotto, Ciavatta e Ramos em que os seres humanos produzem os meios de vida pelo trabalho, propor o trabalho como princípio educativo nos leva a pensar no desenvolvimento de uma educação diferenciada, seja ela no espaço formal ou não formal, uma educação que seja capaz de romper com princípios pregados pelo sistema capitalista, que contraponha a forma de organização do trabalho assalariado.

Portanto, propor uma formação diferenciada para a juventude camponesa significa romper com as estruturas pré-estabelecidas pelo aparato do Estado. Refletir com as escolas do campo acerca de um currículo em movimento embasado em um planejamento pedagógico pautado nos princípios da Economia Solidária, Agroecologia, Educação do Campo, Empreendimentos Econômicos Solidários, Comercialização Solidária, Consumo Solidário, entre outros, consiste em propor mudanças na organização do trabalho para que possa articular novas formas de pensar, com propostas de mudanças que provoquem outra forma de organização da educação nos diferentes contextos. Neste pensar, em um currículo diferenciado para as escolas do campo, significa pensar no território como um todo, pois não há possibilidade de transformação social sem que haja um pensar acerca das especificidades locais e regionais, como cultura, economia, entre outros aspectos que condiciona o bem viver dos sujeitos. Conforme Silva; Cavalcanti e Kimura;

É necessária uma profunda análise das propostas curriculares para o campo, do currículo pretendido, da cultura local e formação de professores, pois para cada grupo de sujeitos é cogente haver uma política de formação diferenciada, levando em consideração suas especificidades locais, culturais, econômicas e regionais (2012, p. 88).

A escola deve ser um dos passaportes da juventude para o mundo do trabalho, pois os mesmos acessam a escola levando consigo as características essenciais e fundamentadas na

vivência cotidiana e nas relações sociais, incorporadas nas ações desenvolvidas diariamente no ambiente escolar. Portanto, nos amparamos nos escritos de Pistrack (2000) que nos apresenta uma forma de organização da escola, sejam escolas do campo ou da cidade, com base nos fundamentos do trabalho, propondo uma nova forma para lidar com as atividades humanas puramente naturais, o trabalho agrícola;

Se quisermos elevar seriamente o nível de nossa agricultura, se quisermos divulgar amplamente os novos métodos aperfeiçoados de trabalho agrícola e de economia rural, a escola deverá ser colocada na vanguarda deste trabalho, porque ela é o centro cultural que influencia diretamente a criança desde uma tenra idade e indiretamente toda a população camponesa. Não se trata, portanto, de uma especialização agrônômica, mas simplesmente de uma escola que ensine às crianças a trabalhar racionalmente, fornecendo-lhes uma bagagem científica geral suficiente para trabalhar racionalmente uma pequena área escolar, consideradas sua idade e forças (PISTRACK, 2000, p. 69).

E o papel social da escola e do professor;

O papel social principal do professor e da escola deve consistir na melhoria constante da agricultura, da economia rural e das condições de vida do camponês; o trabalho deve ser feito com a ajuda da escola e através dela. Na medida em que atender às necessidades do agricultor, a escola se tornará indispensável para ele, podendo desempenhar um grande papel em toda a sua vida; e assim veremos desaparecer a desconfiança que se manifesta aqui e ali em relação a ela (PISTRACK, 2000, p. 70).

Portanto, a educação é um dos mecanismos capazes de transformar as relações humanas, fortalecendo os vínculos, valorizando sua cultura, seus saberes, aprimorando assim uma realidade diferenciada rica de conhecimentos variados. Nesta perspectiva, é importante destacar a relação entre trabalho e educação que proporcione uma aprendizagem e um crescimento dos sujeitos envolvidos no processo.

#### Questões

- 1 - O que é educação do campo?
- 2 - O que vem a ser o trabalho como princípio educativo?

#### Referências Bibliográficas

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. Ed. ver. e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.; *O Trabalho como Princípio Educativo*. [http://www.pb.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201179171745208frigotto\\_criavatta\\_ramos\\_o\\_trabalho\\_como\\_principio\\_educativo.pdf](http://www.pb.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201179171745208frigotto_criavatta_ramos_o_trabalho_como_principio_educativo.pdf)
- MACHADO, Ilma Ferreira. *Educação do Campo*. p. 32. In.: ZART, Laudemir Luiz. *Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário*. Cáceres -MT: Editora Unemat, 2011. 38 p. (Série: Sociedade Solidária, Caderno Pedagógico I).
- PERIPOLLI, Odimar J. Um Olhar Sobre (o campo) a Educação no/do Campo: a questão das especificidades do ensino. *Revista da Faculdade de Educação/Universidade do Estado de Mato Grosso: multitemática*. Coordenação: Ilma Ferreira Machado. Cáceres- MT: Unemat Editora, 2010.
- PISTRACK, Moisey Mikhaylovich. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- SILVA, Adelmo Carvalho da; CAVALCANTI, Almir César Ferreira; KIMURA, Cecília Fukikokamei. *Educação do Campo, Etnomatemática e Formação Cidadã*. P. 87-101. *Educação do Campo: intencionalidades políticas e pedagógicas*. Organização: GARSKE, Lindalva Maria Novaes e CUNHA, Érica Virgílio Rodrigues da. Cuiabá: EDUFMT, 2012.

# ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA SOLIDÁRIA DA JUVENTUDE CAMPONESA

Thiago Wanderson Zorzan Santana  
Laudemir Luiz Zart

Ao pensarmos em organização socioeconômica solidária, avaliamos ser necessário compreender a mesma como um processo contínuo, no qual se articula o pensar, o propor e o executar uma outra possibilidade de organização, de pensamento, de sociedade e por isso de trabalho, ou seja, uma forma contrária ao que nos é imposto pela atual conjuntura capitalista. Ao propor então uma organização socioeconômica, contrária aos valores predominantes do sistema capitalista, surge a socioeconomia solidária que tem em seus fundamentos o trabalho associado, a cooperação e a formação com propósito de transformação da realidade.

A partir da socioeconomia solidária temos no trabalho associado uma superação da subordinação e da exploração. Na perspectiva da economia solidária a organização socioeconômica é a efetivação do trabalho associado. Dessa maneira, toda organização econômica precisa do planejamento, da execução, da avaliação da produção, do processamento, da comercialização e do consumo solidário. (ZART, GOMES, ZART, 2016).

Partimos então, da proposição de alguns elementos para concretizar/efetivar a organização socioeconômica solidária de jovens camponeses, uma vez que, uma proposição que supere o modelo dominante requer um processo de constantes práticas para alicerçar o pensamento e o desenvolvimento da socioeconomia solidária. Para tanto apresentamos e articulamos dimensões organizativas que se constituem nos processos de mobilização e organização social.

a) *Realizar histórico do grupo social*: compreendemos esta dimensão como o início dos trabalhos para efetivar a organização socioeconômica, já que deve ser feita uma contextualização de quem são os agentes que se propõem a mudar a forma de organização, como também é o momento de compreender sua história e o que buscam, é nesse momento que conhecemos a identidade do grupo social.

b) *Compreender a cultura*: nesse instante do processo é que se reconhecem as experiências dos agentes, quais são seus valores éticos e políticos, as formas de organização que os mesmos conhecem, praticam e se identificam criticamente as práticas de cooperação, competição, individualismo. Bem como, buscar quais são as experiências de participação em associações, reuniões, etc.

c) *Diagnóstico socioeconômico*: realizar um diagnóstico é fazer uma leitura sistemática da realidade, é uma necessidade de compreender diversos fatores dos grupos sociais. É saber as potencialidades socioprodutivas: terra, força de trabalho, tecnologias sociais. Além disso, compreender quais são os créditos possíveis que fomentam ou possam fertilizar as potencialidades dos grupos sociais. Esse diagnóstico é realizado de forma participativa, pois envolve o grupo que está sendo pesquisado desde a elaboração dos roteiros de questões até a apresentação dos dados coletados, realizando rodas de conversas, seminários e debates para discutir os dados. Desse modo, os resultados constituem fonte de rigor científico e político para os próximos passos do processo de organização socioeconômica. Assim como, as outras dimensões, esse é um momento muito importante, pois como apontam Zart, Bitencourt (2016), realizar um diagnóstico traduz a territorialidade, ou seja, os sujeitos sociais em movimento.

d) *Reconhecimento dos saberes e das práticas*: realizado o diagnóstico e a socialização dos dados, neste momento, do processo de organização socioeconômica, é feito o reconhecimento de forma detalhada dos saberes e práticas vividas pelo grupo, como também das possibilidades e os limites existentes que impedem uma outra maneira de se organizar. Isso significa, que serão identificadas suas técnicas ou saberes utilizados, seja no processo produtivo, como na comercialização, demonstrando, assim, quais fatores internos podem e devem ser destacados nas tecnologias sociais.

Importante ressaltar que quanto aos limites Zart, Bitencourt (2016) descrevem que são as situações que possam impedir a prática de ações solidárias. Já as possibilidades são as situações

em que os agentes demonstram práticas do querer fazer e do projetar.

e) *Planejamento participativo*: realizados os processos anteriores este é o momento em que ocorrem as discussões e decisões quanto ao que será feito. É sempre bom destacar que na perspectiva da economia solidária esses processos, principalmente esse em questão, deve ser realizado com a participação de todos para se chegar a um objetivo comum, afirmando então os princípios da democracia. Assim, no planejamento participativo, deve-se definir os objetivos e as metas a se concretizar. Indicamos algumas questões a serem feitas como: quais serão de fato nossas atividades? De produção, de serviços, de comercialização? O que queremos? Como será feito? Quando? Onde? Quais são os nossos recursos financeiros, materiais e físicos? Esses primeiros questionamentos são internos e deles é possível ter uma visão geral do que queremos dos primeiros trabalhos práticos a serem realizados.

Percebe-se que o planejamento participativo, é um importante instrumento para o início dos trabalhos, pois segundo Castrillon Junior (2016) o mesmo resulta em posicionamento político e econômico de atuação. Durante as atividades surge a necessidade de implementar esse planejamento inserindo áreas administrativas, jurídicas, financeiras, estratégicas e logísticas. Surge também a necessidade de se questionar: quais fornecedores teremos? Quem serão nossos consumidores? Qual será a logística de comercialização? Como será a comunicação? Perceba que esses são questionamentos pensando os elementos externos, o que fará efetivar as diversas dimensões de um planejamento em um empreendimento econômico solidário.

f) *Mercado*: quando se discute o mercado na organização socioeconômica solidária devem-se realizar estudos para estabelecer alguns parâmetros nos seguintes eixos: produção / beneficiamento / comercialização. Uma vez que, neste momento o grupo já sabe o que irá produzir, pois já foi realizado o conhecimento das práticas e saberes, já foram apontadas as possibilidades e também realizado o planejamento. Logo, a visão e a execução neste momento são quanto a logística da produção até chegar ao consumidor. Sendo assim, é necessário compreender que nos mercados a serem construídos, também devem ser na perspectiva da socioeconomia solidária.

Com isso no processo de produção, deve-se eliminar a relação de exploração do trabalho, e realizá-lo de maneira coletiva, buscando a diversidade e colocar em prática o que foi anteriormente planejado e buscar realizar produção diversificada. Quanto ao beneficiamento, significa alterar, melhorar, aperfeiçoar o acabamento ou a aparência exterior de determinado produto. Esse elemento vai depender da atividade que o empreendimento realiza, mas o fato de melhorar a aparência, associado à qualidade de determinado produto, por exemplo embalando, torna-o mais agradável aos olhos de quem irá comprar, podendo também agregar valor a esse beneficiamento.

E no processo de comercialização envolve aspectos como o transporte do produto, o preço, a maneira de expor, bem como, a qualidade do item que será comercializado. Pensar esses itens é necessário para que o consumidor saia satisfeito e também para o crescimento da imagem do empreendimento.

g) *Gestão do empreendimento econômico solidário sustentável*: a gestão vai seguir a perspectiva do coletivo, no qual todos vão fazer a gestão, é o que se define por autogestão. Nesse processo, todos tem o direito de opinar sobre os fatos acontecidos no empreendimento, dando sugestões e apontamentos para se realizar os trabalhos. Para, Puhl 2014, a autogestão torna-se possível quando todos se comprometem e assumem responsabilidades, participando das decisões e da execução do que foi planejado juntos.

h) *Formação e incubação solidária*: após toda essa explanação surge o questionamento de como podem ser feitos tais procedimentos, como se organizar no trabalho coletivo? Propomos então uma formação baseada na ação e como um processo de capacitação técnica para aplicar nos procedimentos de *planejamento participativo, estudo de mercado, produção, comercialização e gestão do empreendimento*, bem como, uma aprendizagem política para uma interpretação crítica da realidade vivida.

## Questões

- 1 - O que entendemos por organização socioeconômica solidária?
- 2 - No que se fundamenta a organização socioeconômica?
- 3 - Quais são as proposições (caminhos) para efetivar a organização socioeconômica?
- 4 - Qual a importância da organização socioeconômica na superação do trabalho subordinado e o exercício do trabalho associado?

## Referências Bibliográficas

ZART, Laudemir Luiz. GOMES, Lucas Blendo de Souza. ZART, Luan Felipe Bitencourt. Articulação Interinstitucional como processo de concretização de demandas sociais. In. ZART, Laudemir Luiz (Org.). Caderno Pedagógico: práticas de incubação solidária Vol. 4, n. 1 – Cáceres: Unemat Editora, 2016.

ZART, Laudemir Luiz. BITENCOURT, Lóriége Pessoa. Incubação Solidária como Processo de Educação Popular. In. ZART, Laudemir Luiz (Org.). Caderno Pedagógico: práticas de incubação solidária Vol. 4, n. 1 – Cáceres: Unemat Editora, 2016.

CASTRILLON JUNIOR, Douglas Alexandre Campos. SILVA, Mateus Casemiro da. SILVA, Luan Benedito Oliveira da. Planejamento Participativo: ação estratégica. In. ZART, Laudemir Luiz (Org.). Caderno Pedagógico: práticas de incubação solidária Vol. 4, n. 1 – Cáceres: Unemat Editora, 2016.

PUHL, João Ivo. Participação política e didática autogestionária. In ZART, Laudemir Luiz e Edson Penha Mendes (Org.). Política e Participação. Caderno Pedagógico vol. 3, nº 1 – Cáceres: Unemat Editora, 2014.

### **Box 4 – Dos Direitos dos Jovens na Política Pública da Juventude**

#### **DOS DIREITOS DOS JOVENS**

##### **Seção II - Do Direito à Educação**

Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

§ 1º A educação básica será ministrada em língua portuguesa, assegurada aos jovens indígenas e de povos e comunidades tradicionais a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem.

§ 2º É dever do Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno, ressalvada a legislação educacional específica.

§ 3º São assegurados aos jovens com surdez o uso e o ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades educacionais.

§ 4º É assegurada aos jovens com deficiência a inclusão no ensino regular em todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo o atendimento educacional especializado, observada a acessibilidade a edificações, transportes, espaços, mobiliários, equipamentos, sistemas e meios de comunicação e assegurados os recursos de tecnologia assistiva e adaptações necessárias a cada pessoa.

§ 5º A Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais.

Art. 8º O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição.

§ 1º É assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei.

§ 2º O poder público promoverá programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas, em especial para jovens com deficiência, negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública.

Art. 9º O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.

Art. 10. É dever do Estado assegurar ao jovem com deficiência o atendimento educacional especializado gratuito, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Art. 11. O direito ao programa suplementar de transporte escolar de que trata o [art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), será progressivamente estendido ao jovem estudante do ensino fundamental, do ensino médio e da educação superior, no campo e na cidade.

Art. 12. É garantida a participação efetiva do segmento juvenil, respeitada sua liberdade de organização, nos conselhos e instâncias deliberativas de gestão democrática das escolas e universidades.

Art. 13. As escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes.

Conforme a [Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013](#). In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acessado em 08/12/2016.

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Cristiane Gonçalves Ribeiro  
Jucilene de Oliveira Martins  
Marcia Aparecida de Barros da Cruz

Nas escolas do/no campo o processo educativo engloba a escolarização e todos os seus aspectos teóricos e práticos, como o processo de aprendizagem, os métodos de ensino, o sistema de avaliação da aprendizagem e o sistema educacional como um todo.

O processo educativo é determinado por fatores sociais, políticos e pedagógicos, e como tal precisa ser definido de acordo com seu contexto histórico-social, partindo dos esquemas educativos primários, nas relações que o educando trava antes mesmo de iniciar sua escolarização, passando pelo modo como a educação escolar se inicia e, finalmente, como ela se processa.

A educação do campo e no campo tem os princípios da luta por um projeto de sociedade justo, democrático e igualitário contemplando o desenvolvimento sustentável do campo, onde a educação desempenhe um papel estratégico a reafirmar a concepção de campo como espaço de múltiplas possibilidades.

A concepção de escola do campo e no campo deve ser tratada como um processo histórico da luta da classe trabalhadora dos movimentos sociais em especial ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) assim buscar se a ao acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo com um projeto de formação crítica onde os sujeitos do campo formulem alternativas de um projeto político, atribuindo a escola do campo à contribuição no processo mais amplo de transformação social na transformação da sociedade e a autotransformação humana no campo.

Nesse sentido a educação do campo vem criando mais clareza e demonstrando o seu verdadeiro significado valorizando os saberes da comunidade para produzir algo diferenciado elaborado por quem vive no campo.

Nesta perspectiva de educação e práticas pedagógicas para uma escola do campo as discussões e a prática de um currículo de escolas do campo um currículo como a organização dos tempos e espaços da escola visando a construção de conhecimento significativos que permitam uma intervenção na realidade o currículo da escola do e no campo desde o ensino primário, médio regular, profissionalizante e fundamental busca a sua ligação com o trabalho na construção significativa algo que inova no momento em que se procura reafirmar a ideia de que educação é mais do que escola, e mais do que repasse de conhecimentos.

A qualidade educacional na perspectiva dos sujeitos do campo é uma meta onde o campo é o lugar de vida, moradia, educação, lazer, onde existem diferentes culturas, e diversificação na produção, e busca-se o cuidado com a biodiversidade, onde existem relações solidárias de respeito social, étnico e cultural.

Como currículo que atenda a essas especificidades do campo a escola madre Cristina tem propostas para o ensino médio vem englobando os jovens com o objetivo principal, onde destaca:

[...] desenvolver e consolidar nos jovens uma visão de mundo articulada a valores e identidades que vai assumindo nesta fase da vida. E para que crie uma visão crítica e criativa do mundo é preciso ter uma base de compreensão teórico-prática das ciências que permita entender a formação social, econômica, política e cultural da sociedade, a natureza, as diferentes dimensões da vida humana. (CALDART, 2011, p.27).

A partir das necessidades econômicas e educacionais, uma das lutas dos movimentos sociais do campo tem sido por políticas públicas que garantam a construção de novas estratégias para o desenvolvimento do campo na Socioeconomia solidária, na agroecologia e na diversidade cultural dessa população.

Um dos fundamentos da educação e da formação do campo, no sentido da cultura e da

economia camponesa, é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo, quando vinculados à construção de outro tipo de modelo de desenvolvimento. Não há sentido desencadear esforços para a produção de teorias pedagógicas para um campo sem gente, para um campo sem sujeitos, ou, dito de outra forma, para uma ruralidade de espaços vazios. (ZART, 2011, p. 34).

O processo educativo da escola do e no campo Madre Cristina proporciona aos alunos a aprendizagem do conhecimento científico, e a construção de valores como a solidariedade, compreensão, determinação e cooperativismo, gerando conhecimento e relações comprometidas com a própria realidade.

No processo educativo na Escola Estadual Madre Cristina vivenciam-se as matrizes pedagógicas enfatizadas pelo MST. Para Molina (2011), a Educação do Campo é mantida por teorias pedagógicas críticas, herdadas da educação popular e da própria pedagogia do MST, tendo as seguintes características: vai além da escola, destacando os movimentos sociais como sujeitos educativos; nega as teorias da reprodução, que desconsideram o caráter social e histórico da escola visando esvaziá-la de sua função transformadora e mantê-la imune à disputa social; assume o trabalho (práxis) como princípio educativo, unindo o que o capitalismo separou: a dimensão instrumental e técnica e a dimensão política, estabelece o currículo (conteúdos, tempos, espaços e métodos) de acordo com as necessidades dos educandos trabalhadores, visando sua emancipação.

Nesta perspectiva a escola traz nas suas matrizes pedagógicas ligadas as práticas sociais para dentro do espaço e do tempo escolar trazendo estudos escolares da pedagogia do trabalho, da cultura e do movimento social, a economia solidária e a agroecologia vem inseridas no currículo da escola do campo caracterizando as em aulas teóricas trabalhadas como disciplinas do ensino médio diversificado e do Ensino Médio Integrado e Profissionalizante (EMIEP) em Agroecologia.

Portanto, a educação do campo não visa somente restaurar aos camponeses o acesso a uma educação que lhes foi historicamente vetada, mas também qualificá-la como um direito. Nesse sentido é que os movimentos lutaram e lutam para estabelecer a educação do campo como uma modalidade educativa em todas as etapas de ensino, capaz de reverter a vida no e do campo.

É desafio de todos nós, pensarmos a Educação do Campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo destaca as aulas ministradas na teoria e na prática de variadas disciplinas que valorizam o campo bem como, economia solidária, agricultura familiar, agroecologia, olericultura orgânica, uso e manejo sustentável do solo, mecanização agrícola, agropecuária de base ecológica, agrobiodiversidade, manejo ecológico, cooperação em agroindústria; conceituaremos a base em economia solidária e agroecologia trabalhada na práxis.

**Economia Solidária:** uma forma de organização da sociedade para a produção e distribuição dos bens materiais e imateriais embasados na coletividade, no trabalho associado, na corresponsabilidade, na participação, na democracia, na mutualidade, na autogestão, na cooperação. Uma organização na qual os/as trabalhadores/as controlam os meios de produção que neles trabalham. É uma economia que supera a divisão social do trabalho. (ZART, 2009 p. 38).

**Agroecologia:** consiste em uma proposta de agricultura familiar justa viável e sustentável a agroecologia não existe isoladamente, mas agrega conhecimentos de outras ciências, além de agregar saberes populares e tradicionais das experiências de agricultores familiares de comunidades indígenas e camponesas. De acordo com Gubur e Toná, (2012) constitui um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicional dos povos originários e camponeses.

A agroecologia é uma área interdisciplinar de conhecimento, cujo objeto de estudo são as práticas agrícolas ecológicas que têm sido empregadas pelos povos tradicionais e camponeses na geração de soberania e segurança alimentar, bem como de autonomia econômica.

A forma de organização compreendida pela economia solidária visa o bem viver e no que tange no ponto de vista educativo, a prática da agroecologia pressupõe uma compreensão dos ciclos energéticos (bio, físico e químicos) e das relações sociais que se geram em torno da

agricultura, como base para a intervenção produtiva. Portanto, não pode ser tratada como uma mera matriz técnica; é necessário situar a técnica como parte do que fazer cultural e político em defesa do trabalho, da vida e da natureza, contra o capital.

A teoria e a prática pedagógica da Escola Estadual Madre Cristina leva em consideração a realidade dos sujeitos envolvidos, garantindo que todas as pessoas do campo tenham acesso a uma educação de qualidade, voltada aos interesses da vida desse campo.

É nesta perspectiva de campo, que se busca uma educação voltada para este povo o que se propõe a busca de saberes diversos e de novas perspectivas de quem vive no campo com discussões voltadas para melhoria e permanência no campo com qualidade de vida estudo e renda. Buscando alternativas para melhorar a situação de quem está e de quem sonha com a terra valorizando e garantindo a permanência da escola que é um centro de cultura para os educadores e educadoras e educandos e educandas desse campo.

#### Questões

1 - Como podemos caracterizar a economia solidária e a agroecologia?

2 - Temos no currículo escolar disciplinas de economia solidária e agroecologia? Como podemos definir nossos conhecimentos científicos de economia solidária e agroecologia na prática?

#### Referências Bibliográficas

CALDART, Roseli. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Izabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Educação do Campo e Economia Solidária: Disponível: <<http://docplayer.com.br/21322948-Educacao-do-campo-economia-solidaria-e-agroecologia-no-sudeste-do-para-o-papel-dos-movimentos-sociais-e-da-fecat.html> Acesso em 01 Fev. 2017.

GUBUR, Dominique Michele Perito; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Izabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. Avanços e Desafios na Construção da Educação do Campo. In: Revista em Aberto. Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

ZART, Laudemir Luiz et al. (Org.). Educação e Socioeconomia Solidária: processos organizacionais socioeconômicos na economia solidária. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2009.

\_\_\_\_\_. Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário. Cáceres: editora Unemat, 2011. 50 p. (Caderno Pedagógico I, V.1).

## A VIDA DA JUVENTUDE CAMPONESA

Andreia Souza da Silva  
Alessandra Martins dos Santos  
Isael Aparecido Coelho da Silva  
Aline Souza da Silva

Reconhecemos no nosso testemunho que a vida dos jovens no campo é considerada boa, feliz, também considerada trabalhosa, sendo também ao mesmo tempo vantajosa por ter as condições e as possibilidades de reproduzir a existência em família e em comunidade.

O campo que é interpretado por Zart (2011), como um ambiente que é constituído por múltiplas configurações sociais: como espaço de vida, da diversidade cultural, da educação, da política, da economia, da ecologia, das contradições e da ausência do estado, que é realizada a produção de alimentos saudáveis, produção essa que as famílias produzem seus alimentos sem o uso de agrotóxicos. Além de ser um território de produção de trocas de experiências transmitidas pelos familiares, principalmente com os mais velhos, com suas experiências e sabedorias que vem passando de geração em geração.

As experiências transmitidas de geração para geração, é um aprendizado considerado riquíssimo levado muito em consideração por jovens do campo. Aprendemos no campo, enquanto jovens que os camponeses mais velhos podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos, por exemplo, quando fazem as plantações de bananas, mandiocas e milhos que são produtos que eles plantavam de acordo com o ciclo da lua. Os ciclos da lua são levados muito a sério pelas pessoas mais velhas porque reconhecem a influência da força lunar no desenvolvimento das espécies vegetais.

Essas experiências que ainda são praticadas pelos camponeses buscam evitar o êxodo rural das famílias camponesas e principalmente a permanência da juventude no campo, pois manter os jovens no campo é um desafio tanto para os pais quanto aos jovens. Percebe-se a necessidade de políticas públicas voltadas aos jovens, com um olhar atento das autoridades.

Ver os jovens do campo como o presente e futuro do nosso país, visto serem eles nas suas labutas diárias que plantam o alimento que a sociedade consome.

Acreditamos que uma das formas para a permanência dos jovens no campo, é a possibilidade de condições para fazerem um curso de graduação. Enquanto jovens afirmamos que queremos só um meio, condições para que nós jovens do campo possamos sair do nosso lar para ir estudar na cidade grande e fazer faculdade e ao amanhecer estamos de volta em nosso lar, para irmos ao trabalho da vida no campo.

Além da necessidade de dar condições para que os jovens do campo se formem, e continuem contribuindo com os assentamentos, com as comunidades, deve-se pensar também no seu lazer, que trabalham muito, mas quando chega o momento de se reunir, conversar, divertir, não tem um espaço adequado. Visualizamos que nós jovens que moramos no campo, que residimos no sítio geralmente trabalhamos e estudamos, e, quando queremos um espaço para nos divertirmos, não temos, pois aqui não tem um lugar para o lazer ou para os encontros com os amigos.

Mesmo com a falta de lazer os jovens que moram no campo têm uma vida tranquila, por não estarem expostas às violências das grandes cidades, e o convívio com as drogas.

Infelizmente os jovens do campo enfrentam diariamente preconceitos por serem do campo. Somos vistos com um olhar de pobreza. Muitos pensam que nós por sermos do campo, não podemos ter celular, roupas boas e nem um automóvel para andar. Isso tem que ser estudado dentro da sala de aula, porque somos do campo sim, mas somos cidadãos como qualquer outro trabalhador. Nós trabalhamos para nós mesmos, temos nosso dinheiro assim como qualquer pessoa.

Ressaltamos a qualidade de vida e a saúde da juventude no campo. Sabemos que os usos dos agrotóxicos no campo aumentam cada vez mais, e muitas vezes os jovens, mas também os adultos, não sabem o perigo que estão passando fazendo o uso de agrotóxicos. Cabe aos jovens ficarem cientes do perigo que correm, para que assim possam alertar a população do campo,

quanto a urbana. E mostrar alternativas de produções ou manejos relacionados, a produção agroecológica, fazendo assim com que diminuam os ricos de doenças, gerando uma vida mais saudável para todos.

Nesse sentido, o projeto Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes Mirassol D´Oestes MT, do qual participamos, desenvolveu um trabalho que incentiva e dá assistência para que nós jovens possamos permanecer no campo, gerando formas de produções agroecológicas, que possam gerar renda, tendo assim a produção e a preocupação com o meio ambiente.

Questão:

1 - Como é o ser jovem do/no campo? Como a juventude pode buscar melhorias no campo na área do lazer, da cultura, da educação?

2 - Quais são os limites e as possibilidades para o desenvolvimento do campo para o bem viver da juventude camponesa?

Referência Bibliográfica:

ZART, Laudemir Luiz; Educação do Campo: Formação e Desenvolvimento Comunitário. Cáceres: Editora UNEMAT, 2011. 50p. (Caderno pedagógico I, V.1).

## Box 5 – Dos Direitos dos Jovens na Política Pública da Juventude

### DOS DIREITOS DOS JOVENS

#### Seção III

#### Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

Art. 14. O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social.

Art. 15. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas:

I - promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação;

II - oferta de condições especiais de jornada de trabalho por meio de:

a) compatibilização entre os horários de trabalho e de estudo;

b) oferta dos níveis, formas e modalidades de ensino em horários que permitam a compatibilização da frequência escolar com o trabalho regular;

III - criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores;

IV - atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil;

V - adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude;

VI - apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais, por meio das seguintes ações:

a) estímulo à produção e à diversificação de produtos;

b) fomento à produção sustentável baseada na agroecologia, nas agroindústrias familiares, na integração entre lavoura, pecuária e floresta e no extrativismo sustentável;

c) investimento em pesquisa de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais;

d) estímulo à comercialização direta da produção da agricultura familiar, aos empreendimentos familiares rurais e à formação de cooperativas;

e) garantia de projetos de infraestrutura básica de acesso e escoamento de produção, priorizando a melhoria das estradas e do transporte;

f) promoção de programas que favoreçam o acesso ao crédito, à terra e à assistência técnica rural;

VII - apoio ao jovem trabalhador com deficiência, por meio das seguintes ações:

a) estímulo à formação e à qualificação profissional em ambiente inclusivo;

b) oferta de condições especiais de jornada de trabalho;

c) estímulo à inserção no mercado de trabalho por meio da condição de aprendiz.

Art. 16. O direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos de idade será regido pelo disposto na [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente](#), e em leis específicas, não se aplicando o previsto nesta Seção.

Conforme a [Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013](#). In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acessado em 08/12/2016.

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E JUVENTUDE CAMPONESA

Débora Amarante Roseno  
Jucineia Francisca de Almeida  
Rosilene Cavalcanti da Silva Oliveira  
Sirlei da Costa

Para descrever acerca de economia solidária e juventude do campo iniciaremos falando um pouco sobre o projeto juventude camponesa do qual estamos inseridas. Esse projeto engloba jovens estudantes do Ensino Médio e pós-médio, dos que terminaram a formação e estão sem estudar em espaços formais, da Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste Mato Grosso. O projeto foi uma conquista a partir edital da chamada da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), proposto a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), desenvolvido desde 2015 para um grupo de jovens que vivem nos assentamentos Roseli Nunes e Santa Helena. Neste projeto construímos um processo de formação e de organização ou reorganização dos jovens do campo. Como jovens cursistas estávamos presentes nas etapas e atividades desenvolvidas nas oficinas, essas experiências e temáticas nos despertaram o interesse pela organização de grupos voltados à economia solidária.

Caldart (2011) faz referência e chama atenção sobre a importância da busca pelo conhecimento, pois destaca que para se criar uma visão crítica e criativa do mundo é preciso ter uma base teórica, que lhes permita compreender a relação entre teoria e prática, e assim, interpretar a realidade, a partir das práticas das ciências que permitam entender a formação social, econômica, política e cultural. Assim pesquisamos e debatemos os diferentes temas para aprimorar a nossa teoria de aprendizado para colocarmos na prática.

No projeto atuamos sempre com muita responsabilidade e compromisso, sendo um verdadeiro laboratório ao ar livre de conhecimentos de agroecologia, trabalho associado, economia solidária, agricultura camponesa, educação do campo e no campo. Citamos tudo isso para expor como a economia solidária veio colaborar e está presente no nosso dia a dia no assentamento e nas nossas comercializações na Feira de Economia Solidária e Economia Solidária (FEISOL) e fora dela.

As ideias que avivam o campo são formadas por concepções sociais para o fortalecimento de geração de renda no trabalho coletivo, que não devem compor a competitividade pregada pelo capitalismo. A economia solidária é observada e movimentada de um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o nosso ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

Para a geração de trabalho e renda aqui no campo houve várias reflexões sobre a economia solidária, com teorias e exemplos em diversas oficinas e encontros para a formação de grupos de trabalhos que estão em formação ou já existentes se tornando empreendimentos econômicos solidários.

A economia solidária vem se destacando, nos últimos anos, como uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social no campo e na cidade, uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob diversas formas de cooperativas, associações, grupos de trabalho entre outras, sem distinção de gênero destacamos a economia solidária, como:

Uma forma de organização da sociedade para a produção e distribuição dos bens materiais e imateriais embasados na coletividade, no trabalho associado, na corresponsabilidade, na participação, na democracia, na mutualidade, na autogestão, na cooperação. Uma organização na qual os /as trabalhadores/as controlam os meios de produção, neles trabalham. É uma economia que supera a divisão social do trabalho. (ZART, 2009, p.38).

Como jovens, buscamos a produção para a geração de renda, estamos produzindo produtos agroecológicos e comercializando na Feira de Economia Solidária e Agroecológica (FEISOL) em Cáceres, comercializamos também no assentamento e feira livre no município de Mirassol do Oeste.

No grupo de produção a lógica vivida é da economia solidária cada um recebe de acordo com o seu trabalho ou a quantidade de produtos entregues para a comercialização nas feiras. Esta solidariedade considera o bem viver de quem nela trabalha como seu principal objetivo, tendo mais saúde, lazer e tempo para conviver com as famílias. O trabalho nas hortas e nas nossas plantações está nos dando retornos para garantir uma boa alimentação, moradia, e bem viver para toda família.

Resistir no assentamento não é resistir somente à entrada do capital dentro do mesmo. A resistência é a prática da implementação do oposto desse modelo, vemos que os trabalhos em grupo trazem um pouco desse oposto.

Assim como movimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os espaços dos assentamentos são para pensar a renda, produção, cultura, moradia, saúde, subsistência e até mesmo o mercado com outra matriz de comercialização e de qualidade de vida através da produção agroecológica, da diversificação, do enfrentamento contra o capital.

Portanto, para nós jovens a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça.

Questões:

- 1 - Qual a sua concepção de economia solidária?
- 2 - Como fortalecer a economia solidária nos nossos grupos?

Referências bibliográfica

CALDART, Roseli; (org.). Caminhos para a Transformação da Escola. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ZART, Laudemir Luiz; Educação do Campo. Formação e Desenvolvimento Comunitário. Cáceres: Editora UNEMAT, 2011. 50p. (Caderno Pedagógico I, V. 1).

### **Box 6 - Do Direito à Diversidade e à Igualdade**

Art. 17. O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de:

- I - etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo;
- II - orientação sexual, idioma ou religião;
- III - opinião, deficiência e condição social ou econômica.

Art. 18. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à diversidade e à igualdade contempla a adoção das seguintes medidas:

I - adoção, nos âmbitos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, de programas governamentais destinados a assegurar a igualdade de direitos aos jovens de todas as raças e etnias, independentemente de sua origem, relativamente à educação, à profissionalização, ao trabalho e renda, à cultura, à saúde, à segurança, à cidadania e ao acesso à justiça;

II - capacitação dos professores dos ensinos fundamental e médio para a aplicação das diretrizes curriculares nacionais no que se refere ao enfrentamento de todas as formas de discriminação;

III - inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública e dos operadores do direito;

IV - observância das diretrizes curriculares para a educação indígena como forma de preservação dessa cultura;

V - inclusão, nos conteúdos curriculares, de informações sobre a discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a tratamento igualitário perante a lei; e

VI - inclusão, nos conteúdos curriculares, de temas relacionados à sexualidade, respeitando a diversidade de valores e crenças.

## AGROECOLOGIA E JUVENTUDE CAMPONESA

Adriano da Silva Campici  
Cleisson Batista Oliveira  
Wanclei Inácio da Silva Abreu

A Agroecologia é uma forma de incentivar as pessoas a respeitar a natureza, valorizar os rios e as nascentes. Uma forma de lidar com o campo sem o uso de máquinas pesadas e os agrotóxicos denominados de venenos agrícolas. A aplicação dos agrotóxicos pode representar significativos riscos ambientais e à saúde humana, ou seja, o uso de veneno é uma forma de destruir a natureza e a nossa saúde. Nesta perspectiva, faz-se necessário que a juventude camponesa tenha a compreensão de que a utilização do agrotóxico é um dos principais causadores de doenças e da destruição ambiental. E assim, possa levar para a população outra forma de produzir sem a utilização dos defensivos agrícolas, ficando em alerta para não ser contaminado, e acabar sendo mais uma vítima.

A juventude do campo muitas vezes é vítima do sistema capitalista que acaba destruindo o ambiente pela falta de consciência das pessoas, que não respeitam o próprio espaço em que vivem. Desta forma, a juventude não possui autonomia para tomar a decisão de não passar veneno, o que provoca o desânimo em muitos jovens pela falta de oportunidade, e por não ter um espaço apropriado para trabalhar com a agroecologia, pois ser um camponês agroecológico em um território em que a grande maioria insiste na utilização de agrotóxicos se torna uma tarefa muito complicada, mais não impossível.

A prática da agroecologia é um processo que provoca o acúmulo de saberes legítimos da agricultura familiar, que sempre conviveram de forma harmoniosa com a natureza e continuam acumulando saberes valiosos sobre a vida e os ciclos naturais. Estes saberes juntos produzem um olhar integral e sistêmico, seja do sítio, na comunidade ou no assentamento e no entorno. Todos os espaços sem distinções dependem da vida deste ciclo, pois é importante saber produzir e gerar vida, a vida toda.

Ao respeitar este ciclo através das boas práticas agroecológicas, estará criando promissoras perspectivas para garantir a segurança alimentar, gerar renda, lazer, conforto e sustentar um modo de vida saudável para a família ao longo das gerações. É neste sentido que a agroecologia vem conjugar com o bem-estar das pessoas e fortalecer a vida sociocultural na comunidade.

Esta perspectiva ecológica representa ao mesmo tempo um conjunto de princípios e de práticas de produção que tem o cuidado com o meio ambiente e as culturas humanas como fundamento de toda a organização do campo. O princípio científico é afirmado pelo estudo da agricultura porque a agroecologia se aproxima das concepções de um desenvolvimento integrado da sociedade. Neste sentido, a agroecologia vai além do campo técnico, embora o incorpore, porque investiga e analisa os elementos fundamentais de manutenção e preservação da biodiversidade.

A agroecologia estuda a cultura, reconhece e valoriza os conhecimentos populares, além das relações sociais, isto é, tem como objeto de análise um todo consistente na perspectiva de uma agricultura sustentável.

A agroecologia é o estudo dos processos econômicos, por outro lado é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de correr no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável. Sendo assim a juventude camponesa tem que se unir para não deixar o campo, para morar na cidade e tornar-se refém das grandes empresas, tornando-se mão de obra barata, em um mundo em que o capitalismo predomina.

Sendo assim, *agroecologia* é uma opção para que a juventude camponesa tenha condição de permanecer no campo produzindo de forma saudável e sustentável, proporcionando cuidados com o espaço em que vivem. Portanto, a agroecologia engloba técnicas ecológicas de cultivos agrícolas com sustentabilidade social, pensando no espaço e no bem viver dos sujeitos.

### Questões:

- 1 - O que compreende como práticas agroecológicas?
- 2 - Como produzir de forma agroecológica?
- 3 - Como a juventude camponesa pode proporcionar o desenvolvimento da agroecologia?

### Referências Bibliográficas

- PRIMAVESI, Ana. Manejo Ecológico do Solo: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, p. 541. 2002.
- ZART, Laudemir Luiz. Org. Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário/PIESES, UNEMAT, PROEC-UNEMAT. – Cáceres [MT]: Editora Unemat, 2011. 38 p. (Série: Sociedade Solidária, Caderno Pedagógico I).

#### **Box 7 - Do Direito à Saúde**

Art. 19. O jovem tem direito à saúde e à qualidade de vida, considerando suas especificidades na dimensão da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral.

Art. 20. A política pública de atenção à saúde do jovem será desenvolvida em consonância com as seguintes diretrizes:

I - acesso universal e gratuito ao Sistema Único de Saúde - SUS e a serviços de saúde humanizados e de qualidade, que respeitem as especificidades do jovem;

II - atenção integral à saúde, com especial ênfase ao atendimento e à prevenção dos agravos mais prevalentes nos jovens;

III - desenvolvimento de ações articuladas entre os serviços de saúde e os estabelecimentos de ensino, a sociedade e a família, com vistas à prevenção de agravos;

IV - garantia da inclusão de temas relativos ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, à saúde sexual e reprodutiva, com enfoque de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino;

V - reconhecimento do impacto da gravidez planejada ou não, sob os aspectos médico, psicológico, social e econômico;

VI - capacitação dos profissionais de saúde, em uma perspectiva multiprofissional, para lidar com temas relativos à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, inclusive com deficiência, e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas pelos jovens;

VII - habilitação dos professores e profissionais de saúde e de assistência social para a identificação dos problemas relacionados ao uso abusivo e à dependência de álcool, tabaco e outras drogas e o devido encaminhamento aos serviços assistenciais e de saúde;

VIII - valorização das parcerias com instituições da sociedade civil na abordagem das questões de prevenção, tratamento e reinserção social dos usuários e dependentes de álcool, tabaco e outras drogas;

IX - proibição de propagandas de bebidas contendo qualquer teor alcoólico com a participação de pessoa com menos de 18 (dezoito) anos de idade;

X - veiculação de campanhas educativas relativas ao álcool, ao tabaco e a outras drogas como causadores de dependência; e

XI - articulação das instâncias de saúde e justiça na prevenção do uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas, inclusive esteróides anabolizantes e, especialmente, crack.

Conforme a [Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acessado em 08/12/2016.

# EDUCAÇÃO DO CAMPO E JUVENTUDE CAMPONESA

Beatriz Silva de Jesus Negriz  
Leticia Pereira Pires  
Osmair Rocha Pires  
Osnapaula Rocha Pires  
Sarah Cristina Gonçalves Pires  
Weliton PaulinoVaz

Vamos iniciar com um dizer novo: *a educação do campo* é um conceito transformador, ou seja, é um dizer novo a respeito da educação que queremos e estamos lutando para alcançar no campo. É um dizer que nasceu dos movimentos e organizações do campo. Surgiu no meio das lutas de quem não se conforma com as coisas como estão, e estamos lutando até hoje para ter uma escola digna do campo.

A educação do e no campo vem afirmando um espaço onde vivem as pessoas que plantam, colhem, pescam. Pessoas que tiram da natureza seus próprios sustentos, que vivem dos rios, enfim, milhares de famílias brasileiras que dependem do campo para viver e sustentar suas famílias e colocar seus filhos numa ótima escola no campo. Além disso, a educação do campo e no campo nasceu para contrapor uma educação tradicional, por que envolve a comunidade, ajuda a montar projetos amplos, portanto, conecta a escola, a comunidade e a sociedade.

É muito mais que ler e escrever, por que as pessoas desenvolvem suas atividades e conhecimentos para a permanência no campo, crescem politicamente e cheios de conhecimentos na sala de aula e fora dela.

A educação do campo é um direito de todos. Então, se a educação é a aplicação de métodos para assegurar a formação integral de um ser humano, é preciso pensar como se educam os seres humanos do campo, que são bastante diferentes entre si, há os povos do campo, com suas histórias e suas culturas. E foi isso então que motivou muita gente a pensar mais sobre educação do campo e o que será melhor para o nosso futuro. Porque os jovens, sujeitos da educação do campo, devem ser os protagonistas da nossa trajetória de vida, da nossa educação, da nossa economia.

A educação do campo que defendemos é a ideia da educação pensada pelos/as trabalhadores/as que vivem no campo nas suas mais diversas atividades de produção, consumo e comercialização.

Destacaremos aqui a escola Estadual Madre Cristina localizada no Assentamento Roseli Nunes município de Mirassol do Oeste- MT que é o lugar onde aprendemos muito acerca do que é uma escola do campo e no campo. É um espaço escolar considerado bom por nós jovens, que nela estudamos, vista como a melhor escola do campo e no campo. Tem desempenhado pelos seus gestores e educadores um trabalho que vem buscando a melhoria dos estudos na escola. A escola tem 19 anos de existência, vem desde a escola itinerante do Acampamento Facão no ano de 1997 no município de Cáceres. Atualmente o nosso espaço físico precisa de melhorias, mas em vista do passado dos barracos de lona e lampião melhorou muito graças às lutas de nossos pais. Daremos destaques a acontecimentos bons, como o fortalecimento da nossa matriz curricular no ano de 2011 a 2014 onde tivemos o Ensino Médio diversificado, que tínhamos aula no contra turno de agroecologia, de economia solidária, de olericultura orgânica e de agricultura familiar. Esta formação teve como objetivo aprimorar cientificamente os conhecimentos diversificados dos estudantes.

A partir de 2014 iniciou o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional (EMIEP) em agroecologia. A matriz curricular do EMIEP enfoca uma concepção de formação humana, tendo como base, o trabalho do princípio educativo, a integração de todas as dimensões da vida, visando à formação omnilateral dos sujeitos. As dimensões estão relacionadas ao trabalho, a ciência e a cultura, e essas, na Escola Estadual Madre Cristina voltadas para a agroecologia.

A proposta é integrar as disciplinas técnicas e as grandes áreas do conhecimento do Ensino Médio, não sendo apenas uma simples justaposição de disciplinas. A construção da organização

curricular do EMIEP assegura, de maneira integrada e interdisciplinar, o cumprimento das finalidades para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas em agroecologia.

A escola do campo nos ensina muito, tanto na teoria como na prática. Mas nem todos tem essa oportunidade de interação entre comunidade-escola-universidade e uma das melhores formas é estar dialogando para ampliar estudos e conhecimentos. Muitos dos educadores do campo são formados e moram no campo com as escolas no campo. Muitos desses não precisam, sair daqui, do Assentamento Roseli Nunes, para trabalhar na cidade, porque aqui temos escola, e educandos que querem estudar. Porém, temos professores que moram na cidade mesmo assim, lecionam no campo, porque aqui eles se sentem à vontade e são bem acolhidos por todos na função de somar e trabalhar a lógica do bem viver do e no campo.

Há que se melhorar a segurança escolar, ter salas de laboratórios, bibliotecas adaptadas, projetos, cursos para as escolas do campo. Neste sentido, não falamos somente da Escola Estadual Madre Cristina, mas todas que estão no campo e são do campo.

É um direito de todos os cidadãos de conseguir fazer um Ensino Fundamental, Médio e Superior, para conseguir um bom emprego ou profissionalizar em uma área, ou para trabalharmos mais qualificados em nossos próprios sítios e deles tirarmos a nossa renda. A educação é fundamental para conseguirmos alcançar esses objetivos.

A educação do campo tem como finalidade assegurar as condições, para que nós os jovens, permaneçamos no campo, para que não necessitamos buscar alternativas não viáveis na cidade, como muitos ainda vão para a cidade na esperança de buscar novas oportunidades e quando chegam lá a realidade é outra, o custo de vida é mais caro, geralmente acabam voltando para o sítio e com mais frustrações.

A educação do campo e no campo foi e está sendo a melhor coisa que aconteceu para nós jovens, porque se não tivéssemos escola do campo, teríamos que sair daqui para ir estudar na cidade, andar quilômetros de ônibus, e lá estaria mais propício a violência, as drogas, ao alcoolismo, ao crime, a violência moral do racismo, do preconceito. Enfim, aqui no campo não tem isso, cada pessoa respeita o outro, se ajudam, um apoiando ao outro.

Assim citamos Gilvan Santos, *“não vou sair do campo pra poder ir pra escola, educação campo é direito e não esmola!”*. É isso que nós juventude almejamos.

#### Questões

1-Como a educação do campo pode contribuir para a transformação da realidade dos sujeitos de quem vive no campo?

2-Como a comunidade pode participar ativamente nas decisões das escolas do campo?

#### Referência Bibliográfica

BRASIL. Por uma Política Pública da Educação do Campo – Declaração final. II Conferência por uma Educação do Campo Direitos de Todos os Camponeses e Camponesas. Luziânia, GO: 2014.

## PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE DO CAMPO

Ângela Aparecida Dias Gianini  
Gracinéia Nunes Cerqueira  
Marinéia Gonçalves de Moraes Souza

Para iniciarmos o nosso diálogo buscamos o conceito de perspectiva. De acordo com o dicionário Aurélio, perspectiva é uma palavra de múltiplos significados, podendo estar relacionada com o modo de como se analisa determinada situação ou objeto; um ponto de vista sobre uma situação em específico; um modo tridimensional de representação ou tudo aquilo que se consegue ver ao longe.

A perspectiva de vida ou expectativa de vida, como costuma ser comumente utilizada, é a média de vida que um ser humano costuma viver, o tempo que se espera que um indivíduo ou um grupo de pessoas possa viver. A expressão também pode estar relacionada com as metas e objetivos que um indivíduo ou grupo tem para as suas vidas no presente e no futuro.

Nessa dimensão de metas e de objetivos individuais e de grupos destacaremos as perspectivas de jovens do Assentamento Roseli Nunes do município de Mirassol do Oeste-MT: o que vivemos?

Nós jovens viventes no campo procuramos sempre algo que traga bons benefícios para todos. Destacamos a nossa produção de hortaliças agroecológicas, alimentos saudáveis, estes que são produzidos e são produtos de qualidade, fruto do nosso trabalho no assentamento. Temos que pensar no bem viver da comunidade, bem como de nossos filhos, que serão as novas gerações, com um ambiente bom, de bem viver, sem contaminação de agrotóxicos. Esse que não prejudique a nós agricultores e agricultoras nem as nossas famílias, estamos permanentes no campo e vemos que temos qualidade de vida mesmo tendo poucas atividades de lazer e cultura no território do assentamento.

Obtivemos um grande avanço com experiências na teoria e na prática, em oficinas do curso juventude camponesa que nos levou a fazer diversas reflexões de como nós jovens somos fortes e temos o poder na luta para colocar em prática os objetivos e as metas que objetivamos com intuito de insistir, retomar, ocupar, garantir, produzir, dialogar o trabalho coletivo e acima de tudo ter esperanças.

Qual a nossa perspectiva enquanto jovens que vivem no campo? O que buscamos e precisamos?

Poderíamos destacar vários leques, um futuro melhor com mais oportunidades de trabalho, estudo, lazer. Buscamos oportunidades de uma educação superior, cursos profissionalizantes, projetos de oficinas, minicursos esses diversificados desde agronomia, licenciaturas, artesanatos, veterinária, operador de máquinas agrícolas, enfermagem, contabilidade, informática dentre outros, que possa proporcionar novas oportunidades de trabalho no campo e de valorização do trabalho do camponês e da camponesa aprimorando o conhecimento cada vez mais sobre a agricultura familiar preservação e a tradição de produção dos antepassados na lógica agroecológica;

Sabe-se também que temos direitos constituídos por isso lutamos para conquistar, através de nossos votos, buscamos a compreensão de política em Puhl:

[...] toda organização social que procura atender à necessidade de convivência de seres humanos e, toda ação humana que produz algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade. Neste sentido todos fazemos política, pois convivemos com outros seres humanos e tomamos decisões e regras para a vida em comum. (2001, p.10).

Ou seja, na política adquire-se vários direitos, com a nossa participação temos maiores condições para dar continuidade a nossa permanência no campo, para tanto ainda temos muitos objetivos, desde meios de transportes para comercializar nossos produtos na cidade e no

assentamento até o reconhecimento dos produtos agroecológicos que visa uma produção saudável para quem planta e para quem consome.

Entretanto, nós jovens temos muito interesse em estar e viver no campo, temos planos e precisamos os colocar em prática pois através da união conseguiremos o que almejamos como melhorias para o assentamento, planejar o futuro próspero com a concretização de uma cooperativa, que nos trará garantia de empregos, renda e subsistência no campo.

Finalizamos o nosso diálogo na afirmação de que precisamos permanecer no campo acima de tudo para buscar e concretizar uma vida saudável e rentável sem sair do campo.

### Questões

1- O que é perspectiva?

2 - Buscamos como jovens melhorias no campo na área do lazer, cultura, educação entre outros; o que fazer de concreto para que essas perspectivas se tornem realidade no nosso assentamento?

### Referências bibliográficas

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <https://www.significados.com.br/perspectiva/> Acesso em 02 Jan. 2017.

PUHL, João Ivo; Participação Política. In: Educação do Campo. Cáceres: Editora UNEMAT, 2011.50 p. (Caderno Pedagógico I, V.1).

### **Box 8 - Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão**

Art. 26. O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Art. 27. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à comunicação e à liberdade de expressão contempla a adoção das seguintes medidas:

I - incentivar programas educativos e culturais voltados para os jovens nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa;

II - promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação;

III - promover as redes e plataformas de comunicação dos jovens, considerando a acessibilidade para os jovens com deficiência;

IV - incentivar a criação e manutenção de equipamentos públicos voltados para a promoção do direito do jovem à comunicação; e

V - garantir a acessibilidade à comunicação por meio de tecnologias assistivas e adaptações razoáveis para os jovens com deficiência.

#### Seção VIII

#### Do Direito ao Desporto e ao Lazer

Art. 28. O jovem tem direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de participação.

Parágrafo único. O direito à prática desportiva dos adolescentes deverá considerar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 29. A política pública de desporto e lazer destinada ao jovem deverá considerar:

I - a realização de diagnóstico e estudos estatísticos oficiais acerca da educação física e dos desportos e dos equipamentos de lazer no Brasil;

II - a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte, com critérios que priorizem a juventude e promovam a equidade;

III - a valorização do desporto e do paradesporto educacional;

IV - a oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer.

Art. 30. Todas as escolas deverão buscar pelo menos um local apropriado para a prática de atividades poliesportivas.

Conforme a [Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acessado em 08/12/2016.

## **SOBRE OS/AS AUTORES/AS**

José Ferreira da Costa: graduado em Filosofia, mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, doutorando em Educação pela UFMT. Professor de Filosofia da UNEMAT – Campus Jane Vanini de Cáceres. E-mail: [jofecosta.55@gmail.com](mailto:jofecosta.55@gmail.com)

Laudemir Luiz Zart: graduado em Filosofia, mestrado em Sociologia Política pela UFSC e doutorado em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp. Professor de Sociologia da UNEMAT – Campus Universitário Jane Vanini de Cáceres. E-mail: [laudemirzart13@yahoo.com.br](mailto:laudemirzart13@yahoo.com.br)

Marcia Aparecida de Barros da Cruz: graduada em pedagogia, pós-graduando em Economia Solidária e Políticas Públicas e mestranda em Educação pela UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [marciasantoscruz@hotmail.com](mailto:marciasantoscruz@hotmail.com)

Cristiane Ribeiro Gonçalves: graduada em Geografia com especialização em Políticas Públicas e Controle Social do Estado pela UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [adelsonecris@hotmail.com](mailto:adelsonecris@hotmail.com)

Jucilene de Oliveira Martins: graduada em Pedagogia e pós-graduando em Economia Solidária e Políticas Públicas pela UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [juci-oliveira2010@hotmail.com](mailto:juci-oliveira2010@hotmail.com)

Thiago Wanderson Zorzan Santana: graduado em Ciências Contábeis da UNEMAT. Bolsista de Extensão CNPq. E-mail: [thiago\\_wzs@hotmail.com](mailto:thiago_wzs@hotmail.com)

Andreia de Souza Silva: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [andreasouzasilva2015@outlook.com](mailto:andreasouzasilva2015@outlook.com)

Aline de Souza Silva: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [alinesouzasilva2015@outlook.com](mailto:alinesouzasilva2015@outlook.com)

Alessandra Martins dos Santos: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [alessandra.m.s@outlook.com](mailto:alessandra.m.s@outlook.com)

Isael Aparecido Coelho da Silva: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [isael.a.c.s@outlook.com](mailto:isael.a.c.s@outlook.com)

Débora Amarante Roseno: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [debora.a.r@outlook.com](mailto:debora.a.r@outlook.com)

Jucineia Francisca de Almeida: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [jucineia.f.a@outlook.com](mailto:jucineia.f.a@outlook.com)

Rosilene Cavalcanti da Silva Oliveira: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [rosilene.c.s.o@outlook.com](mailto:rosilene.c.s.o@outlook.com)

Sirlei da Costa: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [sirlei.c.01@outlook.com](mailto:sirlei.c.01@outlook.com)

Adriano da Silva Campici: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [adriano.s.c2015@outlook.com](mailto:adriano.s.c2015@outlook.com)

Cleisson Batista Oliveira: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [cleissonbatistaoliveira@outlook.com](mailto:cleissonbatistaoliveira@outlook.com)

Wanclei Inácio da Silva Abreu: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [wancleiabreu@outlook.com](mailto:wancleiabreu@outlook.com)

Beatriz Silva de Jesus Negris: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [beatriz.s.j.n@outlook.com](mailto:beatriz.s.j.n@outlook.com)

Leticia Pereira Pires: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [leticia.p.p@outlook.com](mailto:leticia.p.p@outlook.com)

Osmair Rocha Pires: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [osmair.rocha@outlook.com](mailto:osmair.rocha@outlook.com)

Osnapaula Rocha Pires: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [osnapaula.r.p@outlook.com](mailto:osnapaula.r.p@outlook.com)

Sarah Cristina Pires: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [sarahcristina1515@gmail.com](mailto:sarahcristina1515@gmail.com)

Weliton Paulino Vaz: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [weliton.p.v@outlook.com](mailto:weliton.p.v@outlook.com)

Ângela Aparecida Dias Gianini: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [angela.a.d.g@outlook.com](mailto:angela.a.d.g@outlook.com)

Gracineia Nunes Cerqueira: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [gracineianunes@outlook.com](mailto:gracineianunes@outlook.com)

Marineia Gonçalves de Moraes Souza: Jovem Egresso da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. Bolsista de Extensão CNPq, do Projeto Juventude Camponesa. E-mail: [marineia.g.m.s@outlook.com](mailto:marineia.g.m.s@outlook.com)

Fabrcio Almeida de Moraes: desenhista da capa, jovem estudante da Escola Estadual Madre Cristina do Assentamento Roseli Nunes. E-mail: [fabriciomoraes@outlook.com](mailto:fabriciomoraes@outlook.com). Página Facebook: FABRICIO-FAM

## Box 9 - Do Direito à Cultura

Art. 21. O jovem tem direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social.

Art. 22. Na consecução dos direitos culturais da juventude, compete ao poder público:

I - garantir ao jovem a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;

II - propiciar ao jovem o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional;

III - incentivar os movimentos de jovens a desenvolver atividades artístico-culturais e ações voltadas à preservação do patrimônio histórico;

IV - valorizar a capacidade criativa do jovem, mediante o desenvolvimento de programas e projetos culturais;

V - propiciar ao jovem o conhecimento da diversidade cultural, regional e étnica do País;

VI - promover programas educativos e culturais voltados para a problemática do jovem nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa;

VII - promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação;

VIII - assegurar ao jovem do campo o direito à produção e à fruição cultural e aos equipamentos públicos que valorizem a cultura camponesa; e

IX - garantir ao jovem com deficiência acessibilidade e adaptações razoáveis.

Parágrafo único. A aplicação dos incisos I, III e VIII do caput deve observar a legislação específica sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos adolescentes.

Art. 23. É assegurado aos jovens de até 29 (vinte e nove) anos pertencentes a famílias de baixa renda e aos estudantes, na forma do regulamento, o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso cobrado do público em geral. (Regulamento) (Vigência)

§ 1º Terão direito ao benefício previsto no caput os estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades de educação e ensino previstos no Título V da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que comprovem sua condição de discente, mediante apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento, da Carteira de Identificação Estudantil - CIE.

§ 2º A CIE será expedida preferencialmente pela Associação Nacional de Pós-Graduandos, pela União Nacional dos Estudantes, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e por entidades estudantis estaduais e municipais a elas filiadas.

§ 3º É garantida a gratuidade na expedição da CIE para estudantes pertencentes a famílias de baixa renda, nos termos do regulamento.

§ 4º As entidades mencionadas no § 2º deste artigo deverão tornar disponível, para eventuais consultas pelo poder público e pelos estabelecimentos referidos no caput, banco de dados com o nome e o número de registro dos estudantes portadores da Carteira de Identificação Estudantil, expedida nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5º A CIE terá validade até o dia 31 de março do ano subsequente à data de sua expedição.

§ 6º As entidades mencionadas no § 2º deste artigo são obrigadas a manter o documento comprobatório do vínculo do aluno com o estabelecimento escolar, pelo mesmo prazo de validade da respectiva Carteira de Identificação Estudantil.

§ 7º Caberá aos órgãos públicos competentes federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a fiscalização do cumprimento do disposto neste artigo e a aplicação das sanções cabíveis, nos termos do regulamento.

§ 8º Os benefícios previstos neste artigo não incidirão sobre os eventos esportivos de que tratam as Leis nos 12.663, de 5 de junho de 2012, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013.

§ 9º Considera-se de baixa renda, para os fins do disposto no caput, a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico cuja renda mensal seja de até 2 (dois) salários mínimos.

§ 10. A concessão do benefício da meia-entrada de que trata o caput é limitada a 40% (quarenta por cento) do total de ingressos disponíveis para cada evento.

Art. 24. O poder público destinará, no âmbito dos respectivos orçamentos, recursos financeiros para o fomento dos projetos culturais destinados aos jovens e por eles produzidos.

Art. 25. Na destinação dos recursos do Fundo Nacional da Cultura - FNC, de que trata a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, serão consideradas as necessidades específicas dos jovens em relação à ampliação do acesso à cultura e à melhoria das condições para o exercício do protagonismo no campo da produção cultural.

Parágrafo único. As pessoas físicas ou jurídicas poderão optar pela aplicação de parcelas do imposto sobre a renda a título de doações ou patrocínios, de que trata a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, no apoio a projetos culturais apresentados por entidades juvenis legalmente constituídas há, pelo menos, 1 (um) ano.

Conforme a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acessado em 08/12/2016.

## Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO

O Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO busca através da articulação de pesquisadores/as, técnicos/as e estudantes o desenvolvimento de atividades científicas pertinentes e interdisciplinares de pesquisa, ensino e extensão, com a parceria de entidades e agentes sociais, que tenham como fundamento a produção social do conhecimento. De forma que sejam implementadas e analisadas as metodologias e processos inovadores, de autogestão, formação e conseqüentemente estruturação e consolidação dos empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis baseando-se nos princípios da Economia Solidária

*Economia Solidária, uma economia que acontece!*

---

### REALIZAÇÃO



---

### APOIO



---

### PARCEIROS

